

## TIPO, GÊNERO TEXTUAL E GÊNERO DO DISCURSO: EM BUSCA DE UMA DEFINIÇÃO PARA O ENSINO

### TYPE, GENDER AND GENRE TEXTUAL SPEECH: IN SEARCH OF A DEFINITION FOR TEACHING

Marcel Innocenti Cassettari<sup>1</sup>

**Resumo:** *O estudo da língua natural, sob a perspectiva do gênero, constitui um dos principais motes acadêmicos hodiernos, especificamente por tratar-se de elemento indispensável, segundo o prescrito pelos Parâmetros Curriculares Nacionais. Ao evidenciar o gênero textual como uma das preocupações centrais, o linguista foca o Círculo de Bakhtin como fonte de grande relevância, com contribuições quanto ao conceito de gênero do discurso, interação entre sujeitos, enunciado, dialogismo e responsividade. No uso cotidiano e acadêmico, muitas vezes, a expressão “gênero do discurso” é utilizada como sinônimo da de “gênero textual”. O objetivo do presente estudo é demonstrar que, apesar de existirem pontos de contato, os conceitos são distintos. Concomitantemente, buscar-se-á evidenciar como essa diferença contribui para o processo ensino-aprendizagem de textos no contexto escolar.*

**Palavras-chave:** *Gênero; Texto; Ensino.*

**Abstract:** *The study of natural language, from the perspective of gender, is a leading academic today's motes, specifically because it is indispensable, as prescribed by the National Curriculum. By highlighting the genre as a central concern, the linguist focuses on the Bakhtin Circle as a source of great relevance, with contributions on the concept of gender in discourse, interaction between individuals, statement, dialogism and responsiveness. In everyday use and academic, often, the term "gender discourse" is used as a synonym of the "genre". The aim of this study is to demonstrate that, although there are points of contact, the concepts are distinct. Concomitantly, it will seek to show how this difference contributes to the teaching-learning process in the school texts.*

**Keywords:** *Gender; Text; Education.*

## 1 Introdução

O estudo da língua natural, sob a perspectiva do gênero, constitui um dos principais motes acadêmicos hodiernos, especificamente por tratar-se de elemento indispensável, segundo o prescrito pelos Parâmetros Curriculares Nacionais. Ao evidenciar o gênero textual como uma das preocupações centrais, o linguista foca o Círculo de Bakhtin como fonte de grande relevância, com contribuições quanto ao conceito de gênero do discurso, interação entre sujeitos, enunciado, dialogismo e responsividade.

---

<sup>1</sup> Mestrando em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Júnior” (UNESP). Araraquara, Brasil, e-mail: [marcelcassettari@yahoo.com.br](mailto:marcelcassettari@yahoo.com.br)

No uso cotidiano e acadêmico, muitas vezes, a expressão “gênero do discurso” é utilizada como sinônimo da de “gênero textual”. Serão sinonímias? Existem distinções? Qual é a relação entre gênero do discurso e gênero textual? E entre gênero e tipo textuais? Como esses conceitos podem auxiliar no processo ensino-aprendizagem?

O presente estudo tem o escopo de suprimir possíveis dúvidas quanto às aproximações e distanciamentos dos dois conceitos, além apontar algumas ideias que podem ser utilizadas na prática de ensino da redação escolar.

## 2 Fundamentação teórica

### 2.1 A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e os Parâmetros Curriculares Nacionais: princípios norteadores

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) tem a incumbência de prescrever as normas e princípios básicos da educação nacional, direcionando, orientando e limitando as práticas do poder público, garantindo o acesso à educação básica a todos os cidadãos, com atenção especial às crianças e adolescentes. O artigo segundo da lei estipula os princípios, sobre os quais todo o sistema de ensino será baseado, *in verbis*:

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

O legislador, ao elaborar o texto legal, teve a preocupação de deixar explícita a finalidade de garantir o pleno desenvolvimento do aluno, com o objetivo de prepará-lo para o exercício da cidadania e qualificá-lo para o mercado de trabalho. O exercício da cidadania compreende a plena consciência do indivíduo de que é um sujeito possuidor de direitos e obrigações, inserido em um ambiente social e político, desempenhando um papel específico, em busca do desenvolvimento do bem comum.

O artigo 35 da LDB reitera os princípios básicos, com ênfase na fase final da educação, especificando, em seu inciso terceiro, “[...] o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do

pensamento crítico”. Esse ponto discrimina alguns elementos que são diretamente trabalhados e exigidos no processo ensino-aprendizagem da redação escolar, principalmente dos gêneros do tipo argumentativo, os quais prescrevem a análise crítica do mundo, estimulando um processo de autonomia intelectual.

O artigo 36 do mesmo diploma legal orienta as práticas pedagógicas do sistema de ensino, do qual se extrai a relevância do ensino da língua portuguesa, requisito indispensável para o processo de comunicação, diretamente atrelado à convivência social, inserção no mercado de trabalho e exercício da cidadania.

Art. 36. O currículo do ensino médio observará o disposto na Seção I deste Capítulo e as seguintes diretrizes:

I - destacará a educação tecnológica básica, a compreensão do significado da ciência, das letras e das artes; o processo histórico de transformação da sociedade e da cultura; a língua portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania; [...]

§ 1º Os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação serão organizados de tal forma que ao final do ensino médio o educando demonstre: [...]

II - conhecimento das formas contemporâneas de linguagem;

Os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio, em sua Parte II, orientam o ensino das linguagens, códigos e suas tecnologias, com o escopo de promover efetividade aos princípios integrantes da LDB.

A linguagem é considerada aqui como a capacidade humana de articular significados coletivos e compartilhá-los, em sistemas arbitrários de representação, que variam de acordo com as necessidades e experiências da vida em sociedade. A principal razão de qualquer ato de linguagem é a produção de sentido. (PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS DO ENSINO MÉDIO, PARTE II, p. 5)

A linguagem é o dispositivo indispensável à comunicação, à transmissão de conhecimentos, à interação social. Em especial, a linguagem verbal é de suma importância, por permitir a comunicação oral e escrita, através de atos de fala e de textos, produzindo e representando sentidos de mundo.

Nas práticas sociais, o espaço de produção de sentidos é simultâneo. Como diz Bakhtin, a arena de luta daqueles que procuram conservar ou transgredir os sentidos acumulados são as trocas linguísticas, relações de forças entre interlocutores. [...] O caráter dialógico das linguagens impõe uma visão de mundo muito além do ato comunicativo superficial e imediato. Os significados embutidos em cada particularidade devem ser recuperados pelo estudo histórico, social e cultural dos símbolos que permeiam o cotidiano. (PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS DO ENSINO MÉDIO, PARTE II, p. 6)

Toda linguagem carrega, em si, uma visão de mundo, permeada de significados que extrapolam o seu aspecto formal. Dessa forma, a linguagem não deve ser estudada apenas sob o prisma formal, mas também em sua acepção social, integrante de um ato de interação, produzido e atrelado a uma determinada cultura, contexto social e cultural. Esses elementos, em conjunto, permitem melhor entendimento das razões de emprego, das valorações, representações de uso e dos interesses envolvidos no ato de representação e comunicação.

O caráter sócio-interacionista da linguagem verbal aponta para uma opção metodológica de verificação do saber linguístico do aluno, como ponto de partida para a decisão daquilo que será desenvolvido, tendo como referência o valor da linguagem nas diferentes esferas sociais. (PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS DO ENSINO MÉDIO, PARTE II, p. 18)

Nesse aspecto, a “interação é o que faz com a linguagem seja comunicativa. Esse princípio anula qualquer pressuposto que tenta referendar o estudo de uma língua isolada do ato interlocutivo”. (PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS DO ENSINO MÉDIO, PARTE II, p. 18). A comunicação, representação do mundo por meio da linguagem, a interação e a produção de enunciados e de textos devem ser o mote do ensino aprendizagem da língua. As vastas possibilidades de comunicação precisam orientar a produção do aluno, especialmente sob a perspectiva de inserção social e ingresso no mercado de trabalho.

Para tanto, deve-se lembrar que a “unidade básica da linguagem verbal é o texto, compreendido como a fala e o discurso que se produz, e a função comunicativa, o principal eixo de sua atualização e a razão do ato linguístico”. (PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS DO ENSINO MÉDIO, PARTE II, p. 18)

Por isso, o texto deve ser o ponto de encontro de todas as práticas do ensino da língua materna. Todavia, o texto não é um elemento teórico, dissonante da sociedade e da prática comunicativa. É, ao contrário, um “produto de uma história social e cultural, único em cada contexto, porque marca o diálogo entre os interlocutores que o produzem e os outros textos que o compõem. O homem é visto como um texto que constrói textos”. (PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS DO ENSINO MÉDIO, PARTE II, p. 18)

Trata-se, portanto, de um ato dialógico, constituído em uma arena de vozes sociais, por meio da alteridade. Esse fato permite reconhecer diferentes pontos de vista e leituras sobre um mesmo objeto. A opção por um ponto de vista coerente faz parte da reflexão consciente do aluno, formatando um ato de liberdade.

## 2.2 O gênero do discurso: um olhar bakhtiniano

Para o desenvolvimento do aluno, enquanto cidadão, é indispensável a correta compreensão dos processos comunicativos, na interação social, no uso concreto, especificamente por meio dos gêneros textuais. Nesse sentido, alguns conceitos bakhtinianos merecem atenção especial.

Segundo o Círculo de Bakhtin, o sujeito é um ser social, que se constitui na interação, no contato com o outro e com os discursos histórico-sociais. O “eu” e o “outro”, através da dinâmica enunciativa, formam-se, transformam-se, regulamentam-se, fundem-se e distanciam-se, mutuamente, em um processo ininterrupto e, muitas vezes, inconsciente.

O ato de enunciar é o elemento que estabelece a ligação entre o sistema linguístico e a realidade, o mundo, as pessoas e a sociedade. Isso se efetiva por meio do enunciado, tido como unidades concretas e únicas, produzidas em determinada esfera da atividade humana. Ainda que único, o enunciado produz sentido em sua relação com os demais enunciados produzidos ao longo da historicidade humana, por suas tensões, atenuações, concordâncias, dissonâncias, interesses e distorções.

Os sentidos, nos enunciados, não são desvinculados da intenção do agente que os produz, embora, não raras vezes, o sentido apreendido pelo interlocutor não seja exatamente aquele pretendido pelo locutor, mas, sim, um outro, que, de acordo com uma visão específica de mundo do destinatário, somada ao contexto específico da produção, da assunção de valores particulares, possa caracterizar sentidos diversos, contraditórios ou dissonantes com o pretendido pelo emissor. Todavia, isso não significa que em todas as produções a distinção de sentidos se opere, mas, tão somente, que há uma possibilidade concreta de ocorrer.

Além disso, o enunciado é único porque, mesmo se repetido literalmente, reiterado, ratificado, os sentidos por ele produzidos são outros, uma vez que o locutor que o produz e o interlocutor que busca a apreensão estão em posições distintas, ressignificando-o, mesmo que uma maneira muito aproximada ou quase idêntica.

Os enunciados são realizados em determinadas esferas da atividade humana, formadas por um conjunto de condições específicas de produção ou regras, que restringem, limitam, cerceiam, criam barreiras, modelam ou transfiguram o enunciado. São campos de atuação ou papéis sociais exercidos pelo sujeito, com vistas a determinadas práticas sociais, funções enunciativas ou profissões.

Tais condições específicas referem-se ao conteúdo temático, estilo da linguagem e à forma. Dependendo da posição enunciativa do agente, as possibilidades do discurso, através do enunciado concreto, aumentam ou restringem-se, acentuam ou atenuam-se, horizontalizam ou verticalizam-se.

O conteúdo temático, o estilo e a construção composicional são elementos indissociáveis do enunciado, de uma dada esfera da comunicação humana, uma vez relativamente estabilizados, e designam aquilo que Bakhtin define como gêneros do discurso. (BAKHTIN, 2010, p. 261-262.)

O conteúdo temático versa sobre o assunto da prática discursiva, enquanto o estilo caracteriza-se pela seleção dos recursos linguísticos, procedimento e forma expressiva; ao passo que a estrutura composicional dirige-se à forma, elemento que torna possível reconhecer o gênero. Os três elementos fundem-se para a formação do gênero. Um não deve ser considerado mais relevante do que outro, hierarquicamente superior, mas, sim, como integrantes de uma relação interdependente.

Os gêneros do discurso são inesgotáveis, mas não infinitas. Inesgotáveis porque os gêneros podem, como forma de adaptação à realidade social, reinventarem-se ou constituírem novas formas. Entretanto, não são infinitos por serem, em um dado momento histórico, apesar de sua abrangência, numeráveis, mesmo que essa enumeração seja improdutiva ou sem finalidade. (BAKHTIN, 2010, p. 262.)

Os gêneros do discurso são subdivididos em gêneros discursivos primários e secundários. Os gêneros primários são mais simples, ligados a práticas da comunicação cotidiana, como o diálogo informal, uma conversa através de comunicadores instantâneos com amigos; ao passo que os gêneros secundários são mais complexos e surgem em um convívio cultural mais complexo e desenvolvido, produzidos em sistemas ou áreas específicas, como arte, política e ciência. Os principais exemplos são os textos científicos, os

discursos políticos, estudos filosóficos, sociológicos e históricos, grande parte dos textos jornalísticos, principalmente notícias e análises críticas, e blogs que se destinam à prática jornalística, à política e à científica.

Pode ocorrer, no processo de formação dos gêneros secundários, a incorporação de gêneros primários, como o emprego de um diálogo em um romance, por exemplo. Em tal situação, há a perda do contato do gênero primário com a realidade concreta, afigurando-se como simulação ou algo artificial.

O estilo, elemento constitutivo do gênero do discurso, pode ser assumir duas possibilidades distintas: o estilo em geral e o estilo individual. O primeiro guarda relação com o próprio gênero, sendo um elemento indissociável de sua formação. O estilo individual refere-se à possibilidade de variação pessoal, uma atuação direta na constituição do enunciado, respeitando as regras ou estipulações de determinado gênero do discurso. Trata-se, pois, de uma liberdade existente na construção do enunciado, que compõe determinado gênero do discurso, mas limitado pelo conteúdo temático e a construção composicional que caracterizam esse gênero. (BAKHTIN, 2010, p. 266.)

## 2.2 Texto: em busca de uma definição

A comunicação linguística e a produção discursiva não se dão em unidades isoladas, consideradas como meras estruturas. Ao contrário, são efetivadas em unidades maiores, os textos. Os textos são um fenômeno linguístico enunciativo, que extrapola a frase, constituindo uma unidade de sentido. (MARCHUSCHI, 2011, p. 71.)

Essa unidade de sentido assemelha-se a um tecido – considerando-se a tessitura estrutural na formação da unidade, a superfície linguística -, que, enquanto elemento comunicativo, estabelece uma construção histórico-social, atuando como uma interpretação de mundo, uma reconstrução ou ressignificação de uma realidade social. O sujeito não é capaz de refletir, copiar, de forma exata, a realidade concreta em que se situa, mas, tão somente, refratá-la.

Não há nem pode haver textos puros. Além disso, em cada texto, existe uma série de elementos que podem ser chamados de técnicos (aspecto técnico do gráfico, da obra, etc.). Portanto, por trás de cada texto está o sistema de linguagem. A esse sistema corresponde no texto tudo o que é repetido e reproduzido e tudo o que pode ser repetido e reproduzido, tudo o que pode ser dado fora de tal texto (o dado). Concomitantemente, porém, cada texto (como enunciado) é algo individual, único e singular, e nisso

reside todo o seu sentido (sua intenção em prol da qual ele foi criado). (BAKHTIN, 2010, p.308.)

Entretanto, afirmar que o texto extrapola a estrutura não significa que seja independente. Na verdade, o texto deve ser analisado como o conjunto composto pela forma estrutural, constituída pelo sistema virtual da língua, empregado em situações concretas de uso; e como elemento comunicativo, veiculando visões de mundo, com significados próprios em um contexto histórico-social determinado.

A estrutura pode ser interpretada como um veículo, um meio de se transmitir o enunciado, uma ferramenta. Sem a estrutura, a gramática e a ordenação, não seria possível a enunciação. Todavia, seria ineficaz pensar a estrutura como o mote único e/ou mais relevante da prática discursiva, materializada em textos. Os processos enunciativos não são simples, tão menos são regidos por normas simples. (MARCHUSCHI, 2011, p. 76-77.)

Um texto veicula dois elementos, a saber: o conteúdo e o sentido. O conteúdo pode ser visto como aquilo que descreve o mundo, a realidade social, enquanto o sentido é o efeito advindo do modo de se dizer o conteúdo. O sentido é um corolário do emprego da língua pelos sujeitos, uma vez situados em contextos específicos de produção discursiva.

O agente, ao enunciar, produzir textos, apresentando determinados conteúdos, sugere sentidos, os quais devem ser inferidos, constituídos e estruturados. O ato de produzir textos não é uma atividade solitária, individual. Ao contrário do que parece, trata-se de um ato coletivo, uma vez que prescreve, ao mesmo tempo, um conjunto de ações do produtor, sugerindo sentidos, para as quais se espera uma resposta ativa do destinatário, uma atitude responsiva, direcionando-se à refração, a compreensão e ressignificação do sentido proposto.

Há, nesse teatro de produção textual, a interatividade entre o produtor e o destinatário do texto, mesmo que não se caracterize como presença física, num dado espaço e tempo, mas que se aperfeiçoa através do contato estabelecido com e através do texto. Fruto da interatividade, há um esforço coletivo no processo de significação de um texto.

O autor, no ato complexo da constituição dos enunciados, busca a transmissão de determinado conteúdo, um conjunto de informações e significados, operado por construções linguísticas. Entretanto, os significados pretendidos nem sempre são alcançados, pois a maneira como o destinatário recebe o texto, interpreta-o e ressignifica-o modifica o sentido original, se é que é possível tal atribuição. Isso porque o autor, ao reler o texto, traz nova significação, em um *continuun*, razão pela qual, embora o texto possua um sentido original, esse não é totalmente apreendido pelo destinatário, mesmo quando o autor assume tal posição.

Assim, a cada nova leitura do texto, há um texto novo, ressignificado, reinterpretado, repensado.

Com base nessas características, é possível atribuir ao texto a característica sociointerativa, na qual existe a confluência de elementos linguísticos, cognitivos e sociais.

Em essência, podemos frisar as seguintes implicações diretas dessa posição:

1. O texto é visto como um *sistema de conexões entre vários elementos*, tais como: sons, palavras, enunciados, significações, participantes, contextos, ações etc.
2. O texto é construído numa orientação de *multissistemas*, ou seja, envolve tanto aspectos linguísticos como não linguísticos no seu processamento (imagem, música) e o texto se torna em geral *multimodal*;
3. O texto é um *evento interativo* e não se dá como um artefato monológico e solitário, sendo sempre um processo e uma coprodução (coautorias em vários níveis);
4. O texto compõe-se de *elementos que são multifuncionais* sob vários aspectos, tais como: um som, uma palavra, uma significação, uma instrução etc. e deve ser processado com esta multifuncionalidade. (MARCUSCHI, 2011, p.80.)

O texto, enquanto enunciado, segundo Bakhtin, é composto por três entidades: o autor, considerado aquele que enuncia, que produz o texto; o destinatário, indivíduo a quem o texto é direcionado e do qual se espera a compreensão; e o supradestinatário, uma figura cuja compreensão responsiva seria absoluta, sem qualquer distorção e dificuldade, constituindo o “destinatário ideal”, mas que não é considerado uma entidade metafísica ou mística, mas algo que faz parte do enunciado. (BAKHTIN, 2010, p. 332-333.)

A apreensão de um texto por um destinatário pressupõe uma atitude responsiva, isto é, a assunção, a título de resposta, de um ponto de vista em relação ao que é enunciado, em um ato de concordância, rejeição, refração ou aceitação.

A responsividade nem sempre é um ato consciente e proposital do agente, a qual, em um movimento instintivo ou inconsciente, evidenciará um posicionamento em relação ao enunciado. Através da linguagem corporal, por exemplo, é possível a mensurar a resposta do agente, mediante expressões faciais, como um sorriso, aceno ou negativa.

A atitude responsiva, via de regra, opera-se em relações dialógicas, não apenas com os valores do sujeito, evidenciados ou não no processo de apreensão, mas também com os discursos existentes em determinado contexto histórico-social.

O texto, frisa-se, estabelece uma relação dialógica complexa, a qual abrange o dialogismo entre o enunciado produzido com os discursos operados pelo autor, os quais, por sua vez, estão em relação dialógica com os discursos sociais e históricos da comunidade em que se encontra inserido, como também com os discursos historicamente situados ao longo da história da humanidade. Ao mesmo tempo, ao texto ser percebido pelo destinatário, essas relações se reestabelecem, reafirmam-se e reconstroem-se, em movimento espiral cíclico constante e progressivo.

Essa relação dialógica reafirma tratar-se o texto, a cada processo de interpretação, de um novo texto, com novos possíveis significados, os quais, nem sempre, distanciam-se dos anteriores, mas não são precisamente iguais, pois o momento histórico-social e a ressonância textual são distintos do anterior.

### 2.2.1 Gênero textual, tipo textual e domínio discursivo

O Círculo de Bakhtin não formulou uma metodologia de análise de gêneros textuais, mas, sim, estudou o gênero do discurso como um dos elementos do desenvolvimento da concepção dialógica de linguagem. Desse forma, entende a frase e os textos como unidades das formas da língua e de sua materialidade, enquanto o enunciado e o discurso estruturam-se como elementos translinguísticos, que se forma através de atos comunicativos sociais concretos. Via de consequência, a frase e o texto, como materialidade, não têm autor ou autores, ao passo que o discurso e o enunciado prescrevem a participação de um sujeito autoral, que estipula uma relação dialógica com o destinatário. (SOBRAL, 2006, p. 117-119)

Com base nessas observações, partindo-se da premissa bakhtiniana de que todo processo de interação verbal constitui-se através de gêneros do discurso, acrescida da prerrogativa de que os discursos se materializam através de textos, é possível afirmar que todo o processo de comunicação verbal realiza-se através de gêneros textuais.

Esses gêneros, dada a característica de materialização, situam-se em determinados contextos de produção histórico-sociais. Tais contextos atuam diretamente na formação do gênero, apresentando determinados padrões sociocomunicativos característicos, ligados à prática reiterada, à historicidade, à função enunciativa e ao modo de estruturação, que se acentuam e atenuam-se, à medida que forças institucionais, técnicas, históricas e sociais exerçam maior ou menor pressão sobre o processo comunicativo.

Entretanto, segundo Sobral (2006, p. 119), os “gêneros do discurso” são formas de inserção do discurso em posições sociohistóricas, enquanto os “gêneros textuais” são formas

específicas de materialização dessa inserção, sendo certo que inexiste uma correlação necessária entre um dado de textualização e um gênero específico. O autor, contudo, não nega as cristalizações existentes e afirma que algumas formas se tornam tão naturalizadas, que parecem que a escolha de dado gênero é intuitiva, uma vez que implica uma forma textual específica.

Por isso, é importante analisar essas cristalizações, em especial através da conceituação de tipo textual, gênero textual e domínio discursivo e de suas características principais, o que permitirá uma visão mais acurada sobre a materialização discursiva e como ela promove o processo interativo, a comunicação entre sujeitos.

#### 2.2.1.1 Tipo textual

Os tipos textuais estruturam-se a partir de determinadas construções teóricas, ligadas a aspectos linguísticos, como estilo, tipo de linguagem, forma, escolhas lexicais, uso da conjugação verbal (tempo e modo), estrutura composicional e sintaxe. É a chamada superfície linguística do texto, a tessitura textual, a formação linguística ou a combinação de elementos.

É possível enumerar os tipos textuais da seguinte maneira: narração, argumentação, exposição, descrição e injunção. Dentro de cada um desses tipos textuais, há a florescência de incontáveis números de gêneros textuais. (MARCUSCHI, 2011, p.154-155.) Travaglia (2007a, p.56) acrescenta ainda os tipos preditivo, humorístico e lírico.

A descrição é o tipo textual destinado a apresentar, detalhadamente, as características de determinado objeto, animal, pessoa ou sentimento, traduzindo, através dos cinco sentidos, a percepção gerada pelo autor. Uma característica peculiar da descrição é a inexistência da sucessão temporal, de eventos, cenas ou situações. Habitualmente, descreve-se um elemento em uma dada situação, um evento marcado especificamente no tempo e no espaço, tal qual uma fotografia ou uma pintura. Daí dizer-se que a descrição é um “retrato com palavras”.

A descrição pode assumir a forma objetiva, na qual, teoricamente, não há interferência da subjetividade do autor no texto produzido, isto é, suas impressões pessoais, individuais, personalíssimas. Teoricamente porque é impossível a inexistência da interferência dos valores e escolhas subjetivas do autor, ao passo que, a simples predileção de uma característica, já pode ser pensado como um ato subjetivo. O que há, ao contrário, é um texto em que ocorre o distanciamento intencional daqueles traços mais subjetivos, marcando-se formas impessoais, compreensíveis e comuns a um observador qualquer.

Sem prejuízo, esse tipo textual também pode albergar a forma subjetiva, repleta de elementos subjetivos, de significados únicos, provenientes da visão particular do autor. Nesse caso, há, sim, o contato proposital com o universo particular, o qual dá direção ao texto. Nesse tipo textual, utilizam-se os verbos no presente do indicativo, construções nominais, embora seja admissível, dependendo do contexto, o emprego de outras formas verbais.

A argumentação é um tipo textual destinado a convencer o leitor de que determinada tese ou perspectiva é correta e merece acolhimento. Para tanto, busca-se a razão, a objetividade, a impessoalidade no transcurso argumentativo, evitando-se excessos subjetivos e pessoais, que possuem menor fundamentação e/ou grau de convencimento. O tipo argumentativo é bastante utilizado na vida acadêmica, através de artigos científicos, dissertações, teses; na esfera jornalística, por meio de artigos de opinião e editorial; no âmbito escolar, por meio da dissertação escolar e trabalhos acadêmicos.

A argumentação pode assumir dois objetivos: convencer e/ou persuadir o leitor. Convencer é fazer com que o leitor aceite a tese, a ideia defendida como válida, verdadeira, defensável e merecedora de crédito. Persuadir, além de convencer, cobra do leitor uma mudança de postura, um agir, uma espécie de cooperação ou união.

Da mesma forma que a descrição, a argumentação utiliza-se de verbos no presente do indicativo, embora seja admissível, dependendo do contexto, o emprego de outras formas verbais; somadas à impessoalidade, caracterizada pelo uso da terceira pessoa. Aceita-se, entretanto, em usos específicos, a primeira pessoa do plural (plural humilde) e a do singular (artigos jornalísticos e alguns trechos de artigos e trabalhos acadêmicos).

O tipo expositivo, por sua vez, tem como objetivo expor, apresentar, dar a conhecimento determinado conjunto de informações. É o tipo de texto utilizado em materiais didáticos, em apostilas e fichamentos acadêmicos. Não tem a intenção de convencer, persuadir, mas apresentar um conhecimento, dar acesso a informações.

Normalmente é impessoal, utilizando-se da terceira pessoa do singular, embora alguns livros didáticos adotem a estratégia de estabelecer diálogo com o leitor, tentando, exatamente, uma didatização ou facilitação do conhecimento. São utilizados.

O tipo textual injuntivo destaca-se por orientar, prescrever condutas, ações e comportamentos. Segundo Travaglia (2007a, p.51), o texto é composto por três elementos: a descrição, a incitação e a justificativa. A descrição seria a apresentação dos elementos a serem utilizados na ação a ser realizada, enquanto a incitação constituiria uma provocação, a busca pela manifestação do desejo, a injunção em si; ao passo que a justificativa procura dar razão

ao será e/ou foi feito. Esse tipo de texto é presente em pregações religiosas, manuais de instrução e montagem de produtos, receitas e na especificação de procedimentos técnicos.

O tipo narrativo constitui o ato de criar histórias, contá-las ou reinventá-las. O tipo textual é marcado pela sucessão de eventos, pelo transcurso do tempo, pelo encadeamento e articulação de cenas e situações, pela imitação ou recriação da vida. É bastante usado em diversos gêneros, em especial na literatura, através de romances, contos e fábulas; no jornalismo, por meio de reportagens, notícias e crônicas; nas escolas, por meio da narração escolar, dos livros de histórias e que retratam a história da humanidade; na televisão, no teatro e no cinema, com o uso de roteiros para criação e adaptação de histórias a serem interpretadas.

É o tipo textual que possui maior maleabilidade entre os tempos e formas verbais, além do uso bastante livre das formas de linguagem. Tais elementos dependem da finalidade do texto e do público alvo.

O tipo preditivo é aquele destinado a prever o futuro, usado em previsões do tempo, horóscopo e análises de possibilidades futuras, como a previsão ou expectativa do mercado financeiro ou de uma competição esportiva. O humorístico destina-se a fazer humor, gerar riso, entreter. São os casos da piada, da comédia, da farsa, das charges e sátiras. O lírico é aquele que busca a arte através das palavras, da sonoridade, das composições, da harmonia. A poesia, o hino, a balada e o soneto são exemplos. (TRAVAGLIA, 2007a, p. 56.)

Uma noção importante, tratando-se de tipo e gênero textual e, conseqüentemente, do uso da linguagem, é a de auditório. Auditório é o que se designa de público alvo ou destinatário virtual do texto, formado por um conjunto de pessoas do qual se espera a leitura do texto e para o qual se busca adequar a linguagem e a forma da escrita. Virtual por se tratar de uma expectativa do autor, algo que pode distanciar-se da realidade, uma vez que um texto em circulação pode atrair ou ser lido por um leitor distinto daquele previamente selecionado. Um texto narrativo, na forma de um romance, pode ter como público alvo adolescentes, crianças, adultos ou idosos; com maior ou menor grau de instrução, capacidade de apreensão de metáforas e exemplos; vocabulário e experiências de vida diferentes. Enfim, esse ponto pode influir diretamente na constituição do texto.

#### 2.2.1.2 Gênero textual

O tipo textual, consoante ao discriminado, é uma construção teórica, implícita aos textos, composta pela natureza linguística de sua constituição, são modos textuais.

(MARCUSCHI, 2011, p.154-155.) O gênero textual dirige-se à materialização do discurso, enquanto prática concreta, na construção sociohistórica, no uso comunicativo, definido por objetivos, funcionalidade, institucionalidade e tecnicidade. É uma decorrência das necessidades humanas e ajustam-se às alterações cotidianas.

A prática concreta é o uso da língua viva, fixado em comunidade, em um local e momento específicos, na interação verbal humana. A construção sociohistórica remete à noção de que os gêneros textuais não são meras invenções arbitrárias de um sujeito qualquer, mas originárias da reiteração, ao longo da história e da comunicação social, estabelecendo formas relativamente estáveis de uso. Diz-se relativamente estáveis porque os gêneros não são engessamentos, opressões irresistíveis ou prisões, mas alguns contornos dentro dos quais o texto deve ser estruturado, de acordo com rigidez exigida.

É um recurso sociocomunicativo, isto é, tem a função de estipular a comunicação entre os sujeitos sociais, no processo de interação, integração e troca social. O domínio do gênero pelo autor e pelo destinatário permite maior e melhor interpretação da mensagem veiculada.

Ainda são características do gênero textual a funcionalidade, a institucionalidade e a tecnicidade. O texto, enquanto gênero, possui uma função intrínseca, isto é, presta-se a um objetivo claro no processo comunicativo. Esse objetivo pode ser informar, entreter, interagir, trocar experiências, manifestar uma vontade, protestar, convencer, comover, coagir, prescrever, autorizar, repreender ou conceder. Tanto é que se diz que o texto “bom” é aquele que atinge seus objetivos.

Alguns gêneros, além de possuírem objetivos, têm a força de institucionalizar, oficializar, dar fé. Trata-se da força documental. É o caso da escritura de venda e compra, registrada em cartório público, cuja função é atribuir a qualidade de proprietário a um sujeito de determinada área ou superfície de terra; ou da certidão de casamento, cuja finalidade é firmar um contrato entre o nubentes; e o diploma universitário, que qualifica determinado indivíduo ao exercício de uma profissão.

A tecnicidade é a atribuição de características, a delimitação ou a especialização de um gênero para dado uso, dentro de uma profissão ou prática institucionalizada. A tecnicidade é diretamente ligada ao domínio discursivo, que será objeto de análise.

Não obstante, os gêneros possuem ainda uma característica bastante peculiar: o controle. Por se tratarem de constructos sociais, formados mediante particularidades sedimentadas ao longo do tempo, pelo hábito social, os gêneros têm o poder de estabelecer restrições e imposições discursivas. Todavia, o gênero não atua de forma determinista, impondo um *modus operandi*, imperativo irresistível, como modelos de ação, imposição de

condutas, proibições inarredáveis, mas, tão somente, por meio da criação de formas, cuja observância influi na produção discursiva, na inserção social.

Destaca-se ainda que os gêneros e os tipos textuais não constituem conceitos contrapostos ou antagônicos, mas, sim, elementos que participam diretamente e em comunhão dos processos de comunicação verbal.

O Romance, por exemplo, é um gênero textual definido, dentro do qual podem coabitar os tipos narrativos – sucessão de fatos e eventos dentro da narrativa, transformação das personagens, espaço e tempo -, o descritivo – caracterização das personagens, do espaço e do tempo -, argumentativo – defesa de um ideal político, realização de uma crítica social -, expositivo – apresentação de um conhecimento situado em dado âmbito da atuação humana, como a investigação para o esclarecimento de um crime -, injuntivo – pregando determinada moral, conduta pessoal – e humorístico – sátira a determinada personagem ou comportamento humano.

As definições [...] de *gênero*, *tipo*, *domínio discursivo* são muito mais operacionais do que formais e seguem de perto a posição bakhtiniana. Assim, para a noção de *tipo textual*, predomina a identificação de sequências linguísticas como norteadora; e para a noção de *gênero textual*, predominam os critérios de padrões comunicativos, ações, propósitos e inserção sociohistórica. No caso dos *domínios discursivos*, não lidamos propriamente com textos e sim com formações históricas e sociais que originam os discursos. (MARCUSCHI, 2011, p.158.)

### 2.2.1.3 Domínios discursivos

Torna-se importante pontuar que, de forma análoga aos gêneros do discurso, as esferas de atuação humana influenciam diretamente na produção comunicativa. Os domínios discursivos emergem como ponto de origem de diversos gêneros textuais, institucionalizando práticas discursivas e rotinas comunicativas, de acordo com os objetivos específicos de dada esfera, criando restrições, permissões, necessidades e estruturas de poder.

Os domínios referem-se às esferas da atuação humana, os usos em situações específicas, seja pelo papel profissional desenvolvido pelo autor, seja pela atuação dentro de um âmbito específico da vida. O texto jornalístico possui uma especificidade clara: a publicação de um texto para um público alvo, por meio de um veículo de imprensa. Essa função, por si, é suficiente para limitar e impor uma série de restrições, tanto ao que pode ser escrito, como na forma que deve ser utilizada e com que objetivo, uma vez que pode gerar

uma série de consequências para o autor do texto e para o veículo jornalístico, enquanto instituição. A suposta imparcialidade da imprensa é limitada pelos interesses dos órgãos, dos financiadores – publicidade, governo, indústria -, pelas expectativas do leitor e estilo do jornalista (mais crítico, ácido, parcial).

Um sujeito, durante sua prática diária, pode desenvolver uma série de papéis, atuando em diversos domínios discursivos, alterando a forma como o texto é materializado. Destaca-se que o conceito de domínio discursivo é semelhante ao conceito bakhtiniano de esferas da atuação humana, segundo Marcuschi (2011, p. 155)

### 2.2.3 Gênero textual e tipo textual: importância pedagógica

A conceituação e a distinção de tipo e gênero textual são de grande importância para o processo ensino-aprendizagem da redação. Trata-se de elementos complementares e não excludentes. O tipo textual possui a especificidade de apontar o conjunto de características gerais de um grupo textual, ao passo que o gênero, apropriando-se dessas generalidades, adapta-as ao uso concreto, social, na prática comunicativa.

Partindo desse pressuposto, pode-se verificar, por exemplo, o tipo textual argumentativo. As principais características desse tipo textual são: o objetivo de convencer o leitor a respeito de determinado ponto de vista; a existência de um tema específico; o emprego da razão, da objetividade e da impessoalidade no transcurso argumentativo; verbos no presente do indicativo, embora seja admissível, dependendo do contexto, o emprego de outras formas verbais. Nota-se que o tipo prescreve noções, embora específicas, bastante gerais, as quais, dependendo do uso concreto, podem sofrer adaptações.

No processo ensino-aprendizagem, a compreensão dessa concepção pode facilitar o desenvolvimento concreto dos gêneros que defluem de um mesmo tipo textual, principalmente quando combinados com o conceito de esferas da atividade humana. O tipo textual, quando desafiado pela necessidade humana, adapta-se, sofrendo uma espécie de formatação, com a finalidade de atender, adequadamente, a uma função comunicativa. A percepção desse processo pode facilitar muito a aceitação da pluralidade dos gêneros textuais pelos alunos, além de demonstrar como as necessidades humanas adaptam os processos comunicativos.

O tipo textual argumentativo, quando utilizado na esfera de atividade humana jornalística, adapta-se, formando alguns gêneros, em especial três bastante conhecidos: o editorial, o artigo de opinião e a resenha crítica. O editorial é um gênero de opinião em que o

órgão de imprensa veicula um texto em nome da instituição e não de um jornalista em especial. Por conta disso, a linguagem utilizada, as críticas realizadas e o tom do que é analisado são mensurados com precisão, uma vez que a credibilidade e renome do órgão sofrerão reflexos. Evita-se o subjetivismo, as críticas ácidas e os posicionamentos extremistas, pautando-se por pontos de vista mais equilibrados, racionais e impessoais.

O artigo de opinião, a seu turno, sofre menos restrições do que um editorial, havendo espaço para o uso da primeira pessoa, de impressões pessoais do articulista, de subjetividades e, até, do diálogo com leitor. Ainda é buscado o convencimento do leitor, porém de uma forma menos restrita do que no editorial. Trata-se de um posicionamento mais definido, representando o pensamento do autor do artigo, o qual é responsabilizado tanto no caso de excesso, como em sua especialidade. Normalmente, os autores de artigos de opinião são especialistas em um assunto determinado, como política, esportes, moda, saúde, bem-estar ou economia; com bastante experiência no trato com o leitor.

A resenha crítica tem a finalidade de analisar um produto da cultura humana, apontando suas qualidades e deméritos, recomendando ou não seu consumo. É comumente utilizada na avaliação de peças de teatro, filmes, produções musicais, restaurantes e livros. Esse gênero caracteriza-se por um breve resumo da obra, a indicação de suas falhas e virtudes, culminando na recomendação ou do produto, seja ela expressa ou subentendida. Nesse caso, o autor do texto é uma autoridade reconhecida em determinado assunto e a opinião dele é o fundamento da leitura do texto.

O mesmo tipo textual, no campo de atividade humana escolar, possa por outras transformações, dão origem a outros gêneros, como a dissertação escolar e a dissertação de vestibular. A dissertação escolar é um gênero de opinião, tradicional nas escolas e no processo ensino-aprendizagem da língua, em que o aluno escreve sobre um tema previamente determinado. Sua estrutura composicional é definida por três elementos básicos: a introdução, o desenvolvimento e a conclusão. A finalidade desse gênero textual é demonstrar a habilidade de defender um determinado ponto de vista.

A dissertação de vestibular é considerada um gênero textual específico, uma vez que as condições de produção e as normas do órgão promotor do vestibular restringem consideravelmente a liberdade de escrita do aluno. Isso tanto é verdade que os manuais dos candidatos instituem elementos específicos cobrados pela banca, os quais influenciarão diretamente na produção do texto, como é o caso do uso obrigatório da coletânea, no vestibular da Fuvest, e a observância de competências específicas na redação do Enem, com

vistas à interdisciplinaridade, ao respeito aos direitos humanos e à apresentação de proposta de solução do problema ou de intervenção social.

Essas exigências limitam, de certa forma, a estrutura composicional e a análise do tema, quando não a opinião do aluno, seja pela observância de possíveis posicionamentos ideológicos da coletânea, ou pela restrição argumentativa imposta pelo respeito aos direitos humanos. Por essas razões, a percepção das diferenças de cada gênero é importantíssima.

Atualmente, com a proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais, todos esses gêneros exemplificados são objeto de ensino e interpretação nas escolas, uma vez frequentes na comunicação humana concreta, no dia a dia, e indispensáveis à formação do cidadão crítico. Quando o aluno toma conhecimento do conceito de tipo textual e das esferas da atuação humana, fica mais simples enxergar as especificidades de cada gênero, como também a importância da aprendizagem de cada um deles.

Isso permite apontar que os conceitos de tipo textual, gênero textual e esferas da atividade humana são complementares e não antagônicos, devendo constituir o mote do processo ensino-aprendizagem da redação no âmbito escolar.

### **3 Conclusão**

Discurso é uma atividade comunicativa, realizada por sujeitos sociais, pontuados no espaço e no tempo, nos processos interativos em que fazem parte. O ato de enunciar é o elemento que estabelece a ligação entre o sistema linguístico e a realidade. Isso se efetiva por meio do enunciado, tido como unidades concretas e únicas, produzidas em determinada esfera da atividade humana.

O conteúdo temático, o estilo e a construção composicional são elementos indissociáveis do enunciado, de uma dada esfera da comunicação humana, uma vez relativamente estabilizados, e designam aquilo que Bakhtin define como gêneros do discurso. Os textos são a materialização dos discursos, um fenômeno linguístico enunciativo. Segundo o autor, todo processo de interação verbal constitui-se através de gêneros do discurso. Todo discurso é materializado por meio de textos, os quais são veiculados em gêneros textuais.

Os tipos textuais estruturam-se a partir de determinadas construções teóricas, ligadas a aspectos linguísticos, à superfície linguística. O gênero textual dirige-se à materialização do discurso, enquanto prática concreta, na construção sociohistórica, no uso comunicativo, definido por objetivos, funcionalidade, institucionalidade e tecnicidade. É uma decorrência das necessidades humanas e ajustam-se às alterações cotidianas. Um gênero pode albergar um

ou mais tipos textuais em sua constituição, considerando-se o domínio discursivo de sua produção.

Os gêneros do discurso e os gêneros textuais possuem algumas características comuns, como uma estrutura relativamente estabilizada, formarem-se em um contexto sociohistórico determinado, com dada função comunicativa. Entretanto, não podem ser considerados sinônimos, uma vez que os gêneros do discurso são formas de inserção do discurso em posições sociohistóricas, ao passo que os gêneros textuais são formas específicas de materialização dessa inserção. Um discurso pode ser veiculado através de distintas formas de gêneros, de acordo com a intenção do locutor, sem que isso constitua, necessariamente, a transfiguração do discurso, mas tão somente o meio pelo qual ele foi materializado.

A Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabelece como princípio básico da educação o desenvolvimento do cidadão. Para tanto, os Parâmetros Curriculares Nacionais delineiam a comunicação humana como elemento indispensável à inserção social. Dessa forma, o domínio das vastas possibilidades de comunicação deve pautar as práticas escolares.

Nesse sentido, os conceitos de tipo, gênero textual e esferas da atividade humana devem ser ensinados concomitantemente nas escolas, uma vez que permitem ao aluno a compreensão do processo de geração dos gêneros textuais, no uso concreto cotidiano, além de constituírem características indispensáveis à leitura e compreensão dos processos comunicativos desenvolvidos em sociedade.

## **Referências**

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Tradução de Paulo Bezerra. 5 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

\_\_\_\_\_. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Tradução de Michel Lahud e Yara Franteschi Vieira. 13 ed. São Paulo: Hucitec, 2009.

BEZERRA, Maria Auxiliadora; DIONISIO, Angela Paiva; e MACHADO, Anna Rachel (Org.). **Gêneros textuais & ensino**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin: conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2010.

BRASIL. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Casa Civil. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm).

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio**. 2000. Brasília: MEC/SENTEC.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. 1 ed. 4 r. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

SOBRAL, Adail Ubirajara. **Elementos sobre a formação de gêneros discursivos: a fase “parasitária” de uma vertente do gênero autoajuda**. 2006. Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. A caracterização de categorias de texto: tipos, gêneros e espécies. *In: Revista Alfa*, São Paulo, v. 51. 39-79. 2007a. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/index.php/alfa/article/view/1426>. Acesso em: 15/02/2012.

\_\_\_\_\_. Tipelementos e a construção de uma teoria tipológica geral dos textos. *In: FÁVERO, L. L.; BASTOS, N. M. O. B.; MARQUESI, S. C. (org.). Língua Portuguesa pesquisa e ensino*. São Paulo: EDUC, 2007b v.2, p. 97-117.

Data de recebimento: 16 de agosto de 2012.

Data de aceite: 08 de outubro de 2012.